

Por trás da neutralidade dos números

Professora da Universidade do Porto explica as distorções causadas pelas avaliações externas de larga escala e pelo processo de ranqueamento das escolas no sistema educativo

MARINA ALMEIDA E DEBORAH OUCHANA | FOTO GUSTAVO MORITA

Para Manuela, avaliações internacionais como o Pisa homogeneizam a educação nos países, influenciando a definição dos currículos



Professora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Manuela Terrâseca esteve no Brasil em agosto para participar do *Seminário internacional de avaliação da aprendizagem*, realizado na Universidade de São Paulo. Ela é responsável pela coordenação da parte portuguesa da pesquisa *Avaliação e políticas públicas de Educação Básica: um estudo em escolas de São Paulo e Porto*, que desenvolve projetos pedagógicos e de autoavaliação com as instituições de ensino participantes. Na entrevista a seguir, concedida a *Deborah Ouchana* e *Marina Almeida*, Manuela fala ainda sobre a proliferação das avaliações em larga escala por todo o mundo, da criação dos *rankings* de escolas e de como isso influencia a definição dos currículos e o processo de ensino. A angústia do professor que precisa responder à pressão por resultados, mas também a uma educação integral cada vez mais assumida pela escola, e o seu trabalho isolado em sala de aula foram outros temas abordados pela pesquisadora portuguesa.

Como foi o processo de implantação da avaliação interna nas escolas do Porto?

Em nosso trabalho com essas escolas falamos em autoavaliação porque é preciso refletir sobre o trabalho e pro-

cesso educativo e para fazer uma distinção com a avaliação interna, que pode ser apenas uma coleta de informações. O projeto entra nas escolas para ajudá-las a pensar sobre como fazer essa autoavaliação, que pode melhorar o desempenho dos alunos e também para torná-los mais críticos e participativos. Para isso, buscamos olhar para a escola como um todo. É complicado porque a escola em Portugal está em grande mudança, a política educacional mudou nos últimos anos. Nas escolas, foram se definindo algumas prioridades sobre onde era importante intervir para podermos usufruir logo de alguns benefícios. É um trabalho de encontrar equilíbrios, para que um professor, ao tomar uma decisão, faça-o de acordo com sua forma de pensar, mas de tal maneira que ela também esteja respaldada pelo seu grupo de professores, pela escola, tirando-o de seu isolamento. É uma forma de ajudá-lo a criar estratégias, tomar decisões e colocá-las em marcha.

A proliferação das avaliações em larga escala resultou numa onda de ranqueamento das instituições de ensino no Brasil e a senhora falava que em Portugal também?

Sim, lá também acontece isso, o Ministério da Educação divulga os dados das avaliações externas e a imprensa organiza

esses dados numa classificação decrescente. Os *rankings* têm aspectos negativos e positivos. Eles são de fácil leitura, apenas uma lista de escolas. Porém, eles se constituem de dados ilusórios. Os números parecem ter grande exatidão, definindo quem é o primeiro, o segundo e o último da lista, mas não mostram a realidade do que se passa dentro das escolas. Sua leitura objetiva esconde um mundo de indefinições e divergências.

Quais as consequências disso para a educação?

Desde os primeiros anos de ranqueamento das instituições, que aconteceu entre 2000 e 2001 em Portugal, as escolas públicas não pararam de descer nos *rankings*, porque não estavam munidas de estratégias para contornar a frieza dos dados, enquanto as escolas privadas se organizaram melhor para responder a esses critérios: selecionando os melhores alunos para fazer exames na escola privada, por exemplo. Uma primeira consequência foi essa aparente desvalorização da escola pública, mas ultimamente algumas delas também adotaram estratégias sub-reptícias de privatização de sua própria oferta educativa – como a seleção de alunos, com a negação de matrícula a determinados estudantes, o treino para realizar a prova, que poderá ter efeitos

positivos na pontuação, mas não significa necessariamente que os alunos saibam mais ou tenham conhecimentos mais consistentes. Alguns professores nas escolas secundárias, correspondentes ao ensino médio brasileiro, têm no seu horário de trabalho pedagógico um tempo dedicado à preparação para exames. Há também as consequências indiretas. O objetivo anunciado da liberdade de escolha não se concretiza, há famílias que poderão optar por uma ou outra escola, mas a maioria não, e há uma lenta e injusta desvalorização da qualidade da escola pública.

Qual seria o modelo ideal de divulgação desses dados? E como eles poderiam ser mais fiéis à realidade?

A questão não é a divulgação, mas se esses são os dados que interessam. Educação não é só conteúdo, mas é apenas isso que o exame é capaz de verificar. Em Portugal há outras formas de avaliação das escolas. O Ministério da Educação tem um organismo, a Inspeção-Geral de Educação (IGE), encarregado dessa avaliação, que é feita a partir dos dados que a escola fornece, das informações que a equipe de avaliação externa colhe, além de visitas, de dois dias ou três dias, às escolas, quando os inspetores podem manter contato com alunos, professores, técnicos, dire-

ção... Penso que é uma forma de avaliação muito mais ampla e aberta, que não faz um ranqueamento, mas publica seus resultados na internet para a população consultar e ver como a escola se sai em seus diversos componentes. Esse trabalho também imprime dentro das unidades uma organização e apropriação de seus próprios resultados. As escolas são instituições complexas e é preciso cuidado para não escondê-las atrás de um número aparentemente inocente e neutro, essa é uma ilusão muito perigosa.

Como as avaliações internacionais interferem na educação dos países?

O Pisa e outros estudos internacionais, ainda que não expressem isso como um de seus objetivos, acabam tendo como consequência uma homogeneização do que é educar, reforçando as disciplinas tradicionais – a matemática, ciências e a língua materna. Cria-se uma tendência para reforçar nas escolas o ensino dessas áreas para conseguir entrar em melhores posições no Pisa, é o que acontece hoje em Portugal. Isso traz um condicionamento, porque o tempo dos alunos e da escola não é infinito e, portanto, precisamos tirar outros temas,

como por exemplo os da área da educação artística, para focar essas matérias. O currículo altera-se em função do Pisa e não de uma definição do que é importante e relevante para uma educação integral da pessoa humana, ao contrário, perverte-se essa ideia, sujeitando o aluno a uma educação disciplinar, parcelada, em que o saber é instrumentalizável. Aprender a existir criticamente no mundo, a relacionar-se com os outros, argumentar, dialogar... um exame não consegue verificar isso, não é testável. Esses estudos internacionais tendem a homogeneizar e a condicionar a forma como a educação é organizada nos países que lutam por chegar aos primeiros lugares nos *rankings*, que são quase todos.

E os critérios dessas avaliações favorecem alguns grupos?

Quando a comparação é feita em cima de parâmetros definidos por alguém que também participa dela e pode se beneficiar disso, há um viciar do jogo que é muito importante. Não entro na lógica da teoria da conspiração, mas estou convencida de que o mundo está organizado para que haja ganhadores e perdedores, ricos e pobres. A forma como são estabelecidos

os *rankings* nas universidades, por exemplo, é muito interessante. Para estar nos primeiros lugares mundiais é preciso ter no seu corpo docente um Prêmio Nobel e isso, além de se restringir a algumas disciplinas científicas, exige um reconhecimento que não se faz em língua portuguesa, nem em espanhol, é preciso falar, pensar em inglês. Pode ser um pequeno obstáculo, mas é uma primeira barreira a qualquer universidade para que ela esteja nos primeiros lugares do *ranking*. E quando olhamos para essas listas, as universidades mais bem classificadas são americanas ou de países de língua inglesa.

Como o professor lida com essa realidade de busca por resultados nos exames, de um lado, e outras necessidades dos alunos de outro?

Há o professor que não consegue fazer nada sobre isso e aceita, mas a maioria fica extremamente angustiada porque quer oferecer uma formação de uma outra natureza, sobretudo os da etapa correspondente ao ensino médio, que antecede a entrada na universidade. São pessoas que trabalham muito, sentem a pressão não só dos exames, mas dos pais e dos

alunos de que aquele momento é determinante para suas vidas, ao mesmo tempo que enfrentam uma sensação de grande impotência. Costumamos dizer em Portugal que ser professor é uma missão impossível, ainda mais neste momento em que o mundo do trabalho é extremamente exigente e o tempo diário da educação é retirado da família ao passo que a escola vai ganhando cada vez mais missões educativas. Hoje os alunos passam muito mais tempo na escola, que assumiu outros aspectos e funções, como a educação ambiental, para a saúde, do trânsito, são preocupações múltiplas que a família já não assume integralmente e dos quais a escola também se encarrega. Ela não é mais apenas transmissora de informação e de conteúdos, até porque isso os alunos acessam facilmente pela internet. Os professores sentem-se com responsabilidade por essa educação integral, mas estão cada vez mais pressionados pela obrigação de se vincularem aos conteúdos disciplinares das suas áreas para trazer bons resultados nos exames externos. O professor anda em estado de completa angústia, sem antever uma estratégia ou uma forma de lidar com a situação ou combatê-la.

Os professores estão angustiados, sentem-se responsáveis por uma educação integral, mas estão cada vez mais pressionados por resultados em avaliações externas

O desânimo das escolas menos bem colocadas nos *rankings* é imenso. Muitas estão em locais de grande vulnerabilidade, em que os professores lutam muito, mas o resultado demora a aparecer

E nas escolas mal classificadas esse problema é ainda maior.

Nas escolas menos bem cotadas nos *rankings* o desânimo é imenso. Habitualmente também são escolas que estão localizadas em regiões e contextos de grande vulnerabilidade econômica e social, em que a luta da maioria dos professores é muito grande, mas o resultado do investimento do professor não se vê no dia seguinte. Formação acontece a longo prazo. O que sou hoje, não aprendi ontem. Além disso, o docente trabalha com faixas de alunos; quando consegue construir uma dinâmica com um grupo de crianças, elas mudam de escola, entram novos estudantes. É um trabalho incessante, um reiniciar constante, que pode trazer frustração.

E o isolamento do professor em sua turma dificulta ainda mais essa situação?

A profissão é tradicionalmente solitária. A ideia de escola é uma sala, um grupo de alunos e um professor. Um grupo de alunos têm 10 professores que se revezam em aulas de 40 ou 50 minutos e a maior parte do trabalho que não é realizada em sala de aula, como planejamento

e correção de provas, é feita em casa, o que constrói uma lógica de individualização do trabalho profissional docente. Mas é uma situação ambígua porque esse trabalho solitário também traz segurança, garante sua independência na sala. Atualmente em Portugal tenta-se combater esse isolamento fazendo com que os grupos de professores se organizem coletivamente para produzir trabalhos, o que nem sempre é bem-sucedido porque a maioria das escolas não oferece condições para que os professores se reúnam. Uma vez um professor português me disse: a sala de aula é a cela da minha liberdade. A frase sintetiza bem essa dualidade: de um lado há a solidão, mas de outro a ideia de autonomia.

A formação dos professores tem sido muito influenciada pela avaliação?

Com o processo de Bolonha, a formação de professores em Portugal passou a exigir o grau de mestre para o jovem que cursou universidade em sua área de especialidade por quatro anos. O mestrado tem duração de dois anos e é composto por disciplinas de formação de professores, da educação e

uma pequena parcela apenas de sua área específica, aprofundando algumas questões, além de um ano de estágio pedagógico em escolas. Esse estagiário assiste todo o trabalho da unidade, acompanha aulas e, com acompanhamento, também leciona. Para ser professor a formação inicial é importante, sem dúvida, contudo a pessoa forma-se com seus colegas, com um exercício que vai fazendo dela um profissional. Por isso acho tão importante que as pessoas não estejam sozinhas, que as escolas estejam organizadas em grupos de discussão, em grupos de trabalho, decisão e análise. A escola tem de ser um local de formação do professor.

No Brasil há algumas propostas de legislar a relação entre professores e alunos para combater a violência na escola, o que já existe em Portugal. Como avalia a criação do “estatuto do aluno” em seu país?

O estatuto do aluno juridificou a vida na escola, definindo uma organização e hierarquizando os procedimentos da relação pedagógica entre professor e aluno, o que supostamente era para protegê-los.

Mas as escolas em Portugal são relativamente pacíficas. Houve e há casos esporádicos de agressões, como o aluno que bate no professor, por exemplo, que são muito noticiados pela imprensa, dando a impressão de que o problema era muito maior. Parecia que Portugal vivia um clima de terror escolar, o que não era verdade, mas ajudou a criar uma boa recepção por parte do sindicato, dos professores e até das famílias a esse estatuto, que é muito rígido na forma como estabelece as relações. O estatuto diz, por exemplo, que em uma situação de indisciplina o professor deve, primeiro, advertir o aluno e registrar a advertência. Quando a situação descambar, o que não acontece na maioria das vezes, e for instaurado um processo, se o professor não tiver todas as suas ações registradas, isso pode se reverter contra ele. Ou então pode burocratizar de tal maneira as relações que, a cada vez que fizer um comentário com o aluno, o professor terá de preencher uma ficha para provar que foi compreensivo – e claro que não vai interromper sua aula para isso. Quando vivemos os conflitos cotidianos na lógica jurídica, as coisas ganham outro peso e consequências que nem conseguimos imaginar. ■